

“Populismo eleitoral”?

Na última semana a comunidade universitária tomou conhecimento das candidaturas a reitor(a) e vice-reitor, expressas nas seguintes chapas: Vahan Agopyan (EP) e Antonio Carlos Hernandez (IFSC); Maria Arminda do Nascimento Arruda (FFLCH) e Paulo Borba Casella (FD); Ildo Luís Sauer (IEE) e Tércio Ambrizzi (IAG); Ricardo Ribeiro Terra (FFLCH) e Albérico Borges Ferreira da Silva (IQSC).

Após uma fase de articulações, em maior ou menor medida alheias à comunidade, nomes e programas foram finalmente lançados ao público para um processo eleitoral *sui generis*. Abre-se agora a fase do “populismo eleitoral”, como bem definiu um dos candidatos. Afinal, neste processo quase 99% da comunidade e cerca de 80% dos professores estão de saída excluídos! Os poucos eleitores terão como tarefa escolher três dentre as quatro chapas para que, no turno decisivo, o grande eleitor — o governador Geraldo Alckmin — decida quem será o próximo reitor ou reitora.

De todo modo e apesar das enormes limitações, o processo de escolha do próximo reitor acaba sendo um momento importante no qual o conjunto da USP pode debater a situação de aguda crise da universidade, provocada pela atual gestão Zago/Vahan, bem como as possíveis alternativas de superação — sem se limitar necessariamente às propostas dos candidatos e aos seus chavões (“internacionalização”, “classe mundial”, “excelência”, “empreendedorismo”, “inovação” etc.), mas enfrentando os grandes problemas do momento.

Na raiz da crise da USP está a própria forma da “eleição” de seus dirigentes, expressão perfeita da falta de democracia no conjunto da gestão da universidade. Neste sentido falar, como fazem os candidatos, em “participação” ou “pacto” sem questionar a estrutura de poder só pode ser entendido no sentido de *engodo*, como fizeram na eleição

passada Zago/Vahan ao prometerem a “Reitoria do diálogo”, para depois governarem apoiados nos pelotões de choque da PM.

A superação do “populismo eleitoral”, contudo, só pode surgir da democratização real da universidade, seja na eleição, seja na gestão. Afinal em qualquer instituição regida democraticamente Zago/Vahan, depois de cometerem estelionato eleitoral, não teriam sequer concluído seu mandato (<http://bit.ly/2xDiTSe>).

Neste ponto, os programas dos candidatos apresentam uma certa diversidade, desde a positiva proposta do professor Ildo Sauer de adoção dos critérios da LDB de proporcionalidade entre as categorias na escolha dos dirigentes, passando pela falta de propostas da professora Maria Arminda Arruda quanto ao tema, até o escárnio que é a proposta de instalação do “sistema de comitê de busca para escolha dos dirigentes”, apresentada pelo professor Ricardo Terra. O tema também está ausente do programa do professor Vahan Agopyan, que desta vez substituiu a palavra “diálogo” por “participação”, obviamente a consentida.

Novos Zago? A prova de que a falta de democracia é central para os problemas da universidade nos é dada pelos próprios candidatos. Afinal de contas, como eles explicam a atual crise da universidade?

Para Vahan, a crise de financiamento foi causada pela significativa ampliação da universidade, pela crise econômica e pelo “grave descontrole interno”, obviamente jogando em parte a responsabilidade na gestão Rodas, na qual tanto ele como o atual reitor eram pró-reitores. No mesmo sentido, Sauer aponta, para além da crise econômica, as “medidas equivocadas, insuficientes e omissões das duas últimas gestões”. Maria Arminda segue a mesma linha, propondo a necessidade de “reestruturação adminis-

trativa”, mas sem deixar de enfatizar a responsabilidade do governo estadual.

Se a crise de financiamento tem como elemento central a expansão da universidade sem contrapartida de recursos do governo estadual, esta só foi possível pela combinação de um imenso poder nas mãos do reitor com a cumplicidade da maioria do Conselho Universitário (Co).

Portanto, sem a democratização das estruturas de poder estaremos constantemente sujeitos tanto à vontade discricionária do reitor em exercício como, a cada quatro anos, ao “populismo eleitoral”.

Desmonte. Ainda que não seja o momento para uma análise global dos programas, é útil avaliar como os candidatos se colocam frente à política de desmonte da USP. Obviamente que para o vice-reitor Vahan, que apresenta uma plataforma paupérrima, os problemas financeiros estão equacionados, contudo os sacrifícios impostos aos servidores não cessam. Os docentes recebem uma remuneração inicial “relativamente” baixa e têm sua progressão limitada pelo teto. A saída? Aumento? Não! Apenas a escandalosa proposta de melhorar o programa de apoio aos jovens docentes e criar um programa similar para os que estão limitados pelo teto. Como se os programas de apoio à pesquisa do docente pudessem substituir os salários!!!

Maria Arminda, por sua vez, adota tom oposicionista e explicita a necessidade de compromisso com o caráter público e as especificidades de uma universidade pública, além de criticar abertamente a subserviência da USP diante da Capes. Ao mesmo tempo, porém, defende o “enfrentamento firme” da crise, à revelia dos “grupos corporativo-sindicais”, apontando que as medidas em geral simplistas aprovadas pelo Co devem ser substituídas por “uma agenda, que atenda à necessidade exigida [sic] pelo momento

crítico”, obtida por um pacto. Contudo não diz quais seriam essas medidas, nem como chegar a tal pacto...

Sauer, neste ponto, é incisivo: “Não obstante as iniciativas e ações, empreendidas pela atual gestão, na direção correta para enfrentar a grave crise, estas foram muito tímidas, poucas e tardias”!!! Propõe ainda a busca por “novos paradigmas de apoio e fontes de recursos”, sem explicitar quais seriam. Já Ricardo Terra praticamente nada fala.

Perspectivas. Há muito que os esforços coletivos no sentido de fazer avançar na USP mudanças que conduzam a um ambiente mais compatível com um papel crítico, democrático, plural e arejado, têm sido sufocados pelo autoritarismo crescente da Reitoria e do governo estadual.

A atual gestão, que agora quer se perpetuar por meio da candidatura Vahan/Hernandez, extrapolou todas as fronteiras do inaceitável, ao clandestinamente contratar a consultoria privada e multinacional McKinsey&Company para orientar as ações da Reitoria que agora se traduzem nos insustentáveis “Parâmetros de Sustentabilidade”, contratos precários e temporários, avaliação produtivista centralizada na Comissão Permanente de Avaliação (CPA/CAI/CAD) e Estatuto do Docente etc. Medidas essas, todas, incompatíveis com a função pública, além de incentivar o processo de privatização da USP, enfraquecimento do RDIDP e precarização da docência, favorecimento das fundações privadas e dos cursos pagos. Temas, enfim, de que os candidatos pouco tratam!...

Na perspectiva de fazer reverter esse quadro, a Adusp divulgou seu programa para a USP, apontando para a reversão do perverso projeto em curso e para a retomada da universidade pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada (<http://bit.ly/2ycFYvG>).

Candidato a reitor, Vahan marca agenda em Bauru em 21/9, antes do início oficial da campanha. Depois, recua e adia “visita”

O uso da “máquina” da Reitoria no processo de sucessão reitoral tornou-se evidente, justamente no exíguo intervalo de uma semana (15/9 a 22/9) reservado para a inscrição das chapas de candidatos a reitor(a) e vice-reitor(a) da USP, conforme estipulado na Resolução 7.385/2017 (<http://bit.ly/2fytB5I>).

Antes mesmo de encerrar-se o prazo de inscrição de chapas — e portanto antes do anúncio oficial, a cargo da Comissão Eleitoral, da relação de chapas aptas a disputar o processo de escolha, anúncio esse previsto para 25/9 — o atual vice-reitor Vahan Agopyan decidiu assumir a condição de candidato a reitor e lançar-se em campanha, tendo como companheiro de chapa o atual pró-reitor de Graduação, Antonio Hernandes.

Coube à diretora da Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB) e superintendente do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC), professora Maria Aparecida Moreira Machado, convidar Vahan e Her-

nandes a “visitar” o campus de Bauru.

No dia 19/9, Maria Aparecida utilizou o *mailing* eletrônico da FOB para convidar a “comunidade uspiana” a “prestigiar a visita dos professores doutores Vahan Agopyan e Antonio Carlos Hernandes, candidatos à Reitoria e Vice-Reitoria [sic] da Universidade de São Paulo”, a realizar-se em 21/9. O convite trouxe diferentes horários, conforme as categorias: às 9h00 docentes, 10h45 servidores da FOB, 11h30 alunos, 14h30 servidores do HRAC e 15h15 servidores da Prefeitura do campus. Toda a agenda seria cumprida no auditório da faculdade, no Bloco Didático 3.

“**Outra data**”. No dia seguinte, porém, a agenda eleitoral de Vahan foi “adiada”, segundo comunicou Maria Aparecida em no-



va mensagem. “O motivo foi o fato do Magnífico Reitor, prof. Marco Antonio Zago, estar em viagem institucional ao exterior, não havendo tempo para descompatibilizá-los [sic] dos cargos que ocupam. Esta visita ocorrerá em outra data que oportunamente será comunicada à nossa comunidade”.

Em 26/9, novo convite foi enviado pelo *mailing* da FOB, remarcando

a “visita dos candidatos a reitor e vice-reitor” para o dia 2/10.

Maria Aparecida é fiel apoiadora da atual gestão da Reitoria, tendo-se declarado, em reuniões oficiais, como “interventora do reitor” no HRAC, cuja desvinculação da USP apoiou, em agosto de 2014. Participou da recente criação, em tempo recorde, do curso de Medicina da FOB.

Por outro lado, parece que o açodamento será a marca desta campanha reitoral, bem nos moldes do que foi a gestão iniciada em 2014. Será que somente na véspera da agenda é que Vahan percebeu que precisaria, antes, desincompatibilizar-se (ou “descompatibilizar-se”, no vocabulário de Maria Aparecida)?

Começa bem, o candidato de M.A. Zago.

FFLCH debateu Terrorismo de Estado “ontem e hoje”

Realizada em 11/9 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), por iniciativa da Assembleia Setorial da Adusp, a jornada de debates “Memória, Verdade e Justiça: Passado e Presente na América Latina” contou com as mesas “O Golpe de 1973 no Chile”, “Memória, justiça e papel da universidade”, “Santiago Maldonado: um desaparecido no governo Macri”, “O Genocídio da Juventude Negra”, “Violência no campo e contra os povos indígenas”, “Ditadura brasileira e poder econômico”. Foi projetado o filme *Cúmplices? A Volkswagen e a Ditadura Militar no Brasil*, de Stefanie Dodt.

O tema que perpassou todas as mesas foi a questão do Terrorismo de Estado, que não se extinguiu com o fim do regime militar. “Os processos de transição das ditaduras para as democracias foram feitos na América Latina de forma muito controlada pelos antigos regimes autoritários. Se manteve uma certa estrutura, e se sofisticou essa estrutura, de Estado violento: suas polícias, prisões,

sistemas de internamento de adolescentes. Nesses locais se tortura até hoje”, sintetizou o professor Edson Teles (Unifesp), em declaração à TVT. “O Brasil fez uma nova Constituição em 1988 e todo o sistema de segurança nacional e de segurança pública foi mantido igualzinho ao que era na Ditadura” (<http://bit.ly/2xLMnwU>).

As prisões preventivas sofridas pelo jovem Rafael Braga e sua condenação, sem provas, a 11 anos de prisão são emblemáticas do processo de criminalização dos movimentos sociais. “Rafael Braga é um dos casos mais sintomáticos desse sistema”, comentou Suzane Jardim, aluna do Programa de Pós-Graduação em História Social, organizadora da campanha “30 dias para Rafael Braga”. Sem deixar de destacar os aspectos particulares do caso, ela lembra que “todo dia a gente tem casos similares em todos os lugares” (vide <http://bit.ly/2hwoVxx>).

Os organizadores da jornada trabalharam com a proposta de oferecer à FFLCH e a todos que

quisessem participar “uma discussão e reflexão sobre direitos humanos com a firmeza que o momento requer”, procurando identificar as articulações entre a situação atual, caracterizada pelo extermínio de jovens negros nas periferias, encarceramento em massa, ataques aos indígenas, “e o terrorismo de Estado que devastou o Brasil e a América Latina durante o ciclo das ditaduras militares instaladas nas décadas de 1960 e 1970”.

“**Nefasto AI-5**”. O evento foi concebido pela Assembleia Setorial da Adusp-FFLCH como forma de reação ao convite feito ao economista Delfim Netto, “ex-ministro da Ditadura Militar, figura central na concepção do nefasto ‘Ato Institucional nº 5’, para participar como palestrante de um importante seminário organizado por nossa Faculdade”.

Porém, esclarecem os organizadores, a jornada se propôs “a ir além do sintoma e abordar o problema de fundo que explica a naturalização de fatos como esse: a

falta do exercício de rememoração, de busca pela verdade e de reparação pela justiça no que diz respeito aos efeitos e aos agentes do terrorismo de Estado”. Eles esperavam ainda que o conjunto das mesas incitasse “à reflexão sobre a responsabilidade da universidade pública na preservação dessa memória e dos desafios éticos que essa responsabilidade implica”.

Além de Edson Teles e Suzane Jardim, participaram das mesas os professores Horácio Gutierrez (História, USP), Rosângela Sarteschi (Letras, USP), Marta Inês Medeiros Marques (Geografia, USP), Graciela Foglia (Letras, Unifesp), bem como Pádua Fernandes (Instituto de Pesquisa em Direitos e Movimentos Sociais e rede Índio é Nós), Paulo Ramos, pós-graduando em Sociologia, Karin Sant Ana Kossling, mestra pela FFLCH, Amélia Teles (Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos), e o ex-deputado estadual Adriano Diogo, que presidiu a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”.

Após pedido coletivo de vistas, Co adia votação do recurso do professor Bruno

O Conselho Universitário da USP (Co) julgaria, na reunião de 26/9, recurso do professor Bruno Gualano, da Escola de Educação Física e Esportes (EEFE), que tenta aprovar pedido de transferência para a Faculdade de Medicina (FM). No entanto, cinco representantes de congregações pediram vistas do processo. Assim, o julgamento foi adiado para a próxima reunião do Co, quando esses representantes deverão apresentar parecer sobre o recurso.

A solicitação de Gualano recebeu o aval do Departamento de Clínica Médica da FM, mas vem sendo recusada pela EEFE sob a alegação de que a saída do docente deixaria disciplinas a descoberto. Ele busca dar continuidade a suas pesquisas no Laboratório de Investigação em Reumatologia da FM (LIM-17), onde desde 2010 vem desenvolvendo trabalhos em colaboração com a professora Eloisa Bonfá. Na EEFE, Gualano é alvo de assédio moral e perseguições, especialmente por parte do professor titular Antonio Herbert Lancha Jr., chefe suplente do Departamento de Biodinâmica do Movimento do Corpo Humano.

O primeiro pedido de transferência apresentado pelo docente foi recusado pelo Conselho do Departamento de Biodinâmica do Movimento do Corpo Humano em 9/2, e depois novamente em 6/4. Contra a decisão que negou seu pedido de transferência, foi interposto recurso à Congregação da EEFE, que o rejeitou em 9/6 (<http://bit.ly/2sNRYNA>). Desse modo, Gualano decidiu recorrer ao Co.

Tanto a Procuradoria Geral da USP (PG) como a Comissão de Legislação e Recursos do Co (CLR) emitiram pareceres contrários ao recurso. No entanto, a manifestação da PG registra aspectos do caso que permitem uma leitura mais favorável dos argumentos do recorrente (<http://bit.ly/2hzmtml>).

Eventual nulidade. Após observar que a transferência de docentes de uma unidade para outra “é um ato complexo e demanda manifestação favorável dos respectivos Conselhos de Departamentos e das Congregações envolvidas”, e que não há hierarquia ou sobreposição entre as liberações desses órgãos, a PG

aponta o papel da Congregação em tais situações: “atua como instância recursal, incumbe a ela tão somente a análise de eventual nulidade (vício) da decisão do Conselho de Departamento, e não o seu acerto ou desacerto (mérito)”. Ora, esse é exatamente um dos pontos em que se baseia o recurso em questão.

A PG alega ainda que a justificativa do indeferimento do pedido “foi dada pelo Conselho do Departamento, tratando-se de claro juízo de conveniência e oportunidade, que não comporta revisão pela PG, sob pena de se imiscuir nas escolhas da Administração”, e aponta “aspecto formal relevante: a decisão encontra-se fundamentada”.

Também foi abordada no parecer a questão da falsa motivação da decisão do Departamento de Biodinâmica do Movimento do Corpo Humano de recusar a transferência de Gualano. “O interessado alega que haveria descompasso entre o motivo real e o exposto pelo Departamento”, anota a PG. “Em tese, o fato poderia acarretar a reforma: falso motivo contamina o ato administrativo. Mas, para tanto, haveria de existir prova robusta, de inequívoco vício na manifestação de vontade dos membros do colegiado [...]. Não evidenciado, a decisão deve prevalecer”.

Acrescenta a PG: “A questão de assédio moral alegada deve ser apurada de imediato e consta nos autos que a unidade já instaurou sindicância e foi aberto processo administrativo”. Cabe notar que, embora a sindicância citada tenha se encerrado, a Diretoria da EEFE até o momento não divulgou seu relatório final.

“Provas robustas”. Responsável pelo Departamento Jurídico da Adusp, a advogada Lara Lorena rebate o entendimento da PG: “As provas existentes são robustas, e foram direcionadas à comissão de sindicância aberta na USP, indicada pela própria instituição como momento processual adequado para apuração dos fatos e das provas, assim como também foram apresentadas ao Ministério Público [MPE-SP], dando ensejo a uma ação judicial a que o professor Lancha Jr. agora responde como réu”.

Prossegue Lara Lorena: “Se é uma questão de apuração de provas, então o Co não deve decidir sem que venha aos autos o parecer conclusivo da Comissão Sindicante. É o mínimo que se pode esperar na instrução desse recurso, que está intimamente ligado à apuração de assédio moral em curso nesta instituição”.

O docente sindicado por assédio moral, professor titular Lancha Jr., responde também a duas investigações do MPE-SP. Lancha Jr. foi afastado do cargo em dezembro de 2016, por decisão liminar da 15a Vara da Fazenda Pública, a pedido do MPE-SP, que abriu ação contra ele por improbidade administrativa e enriquecimento ilícito (<http://bit.ly/2yGvj9J>). Posteriormente a decisão foi suspensa pelo Tribunal de Justiça (TJ-SP), mas a denúncia foi aceita pela 15a Vara, e tramita normalmente, tendo o professor como réu (<http://bit.ly/2hyCdJP>).

Vícios processuais. “O parecer da PG reconhece que um vício no julgamento do recurso poderia invalidar as decisões anteriores. Destaco, pois, graves e evidentes vícios processuais”, declarou ao Informativo Adusp o professor Gualano. “O professor Lancha Jr., autor do assédio moral que ensejou meu pedido de transferência, é o próprio chefe suplente do Departamento que julgou a minha requisição inicial de transferência e, posteriormente, o meu recurso contra o indeferimento inicial. Se não bastasse, se fez presente e posicionou-se contrariamente ao meu pleito em reunião do Conselho do Departamento, mesmo não tendo votado (como se evidencia em ata incorporada ao recurso, vide <http://bit.ly/2y7W0H7>), e em que pese, à época, já existir contra ele decisão judicial afastando-o do cargo”.

Portanto, conclui Gualano, “o indeferimento ao meu pedido de transferência no âmbito do Departamento foi viciado”, uma vez que “seu provimento seria não apenas o reconhecimento do assédio cometido pelo professor Lancha Jr., bem como da flagrante inapetência desse colegiado em contê-lo”. Ademais, prossegue, “a PG reconhece a gravidade da notícia do assédio moral, ao recomendar pronta investigação”.

Ainda segundo o autor do recurso, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal considera o assédio moral crime de improbidade administrativa. “A razoabilidade e bom-senso nos sugerem que a gravidade do crime de assédio moral deve sobrepujar a mera ‘vontade’ do Departamento de acolher ou não esta solicitação de transferência”, diz ele. “Nesse contexto de flagrante e reiterada ilegalidade, a atribuição ao Departamento da prerrogativa de aceitar ou não a transferência em questão com base em ‘juízo de conveniência e oportunidade’ beira a imoralidade”.

“Situação grave”. Que uma unidade de ensino tenha algum compromisso de fidelidade com um determinado professor (Lancha Jr.), é uma situação que se entende na USP, embora não se justifique, observa a advogada Lara Lorena. “No entanto, se o Co vier a dar amparo à decisão dessa unidade, ciente de um processo por improbidade administrativa contra esse professor, e de uma sindicância já concluída, e ainda não divulgada sua conclusão, considerando o pivô dessas apurações ser o recorrente, estará criada situação ainda mais grave e contundente de assédio moral institucional”.

O parecer da CLR tem uma única página. Afirma que, como Gualano “foi admitido por concurso público no Departamento de Biodinâmica do Movimento do Corpo Humano da EEFE”, “em que pese o interesse do Departamento de Clínica Médica da FM na transferência do docente, é a decisão do Departamento de origem do interpelante que deve prevalecer, considerando as metas do seu projeto acadêmico”. De resto, limita-se a repetir o teor das decisões e pareceres anteriores (vide <http://bit.ly/2wWBidq>).

“O parecer da CLR é profundamente simplório tendo em vista as questões que estão em conflito”, diz a advogada da Adusp. “A alegação de que ‘é a decisão do departamento de origem do interpelante que deve prevalecer’ chega a ser um menosprezo à causa e ao envolvido, quando o que se discute é justamente o vício do consentimento do departamento de origem”.

Novidades e perspectivas quanto à aposentadoria dos docentes

A Adusp oferece plantões de assessoria jurídica para todos os associados. Basta ligar para agendar um horário

No dia 20/9 a Adusp realizou o debate “Aposentadoria dos docentes: o que há de novo e perspectivas para o futuro”, com a participação do professor Ciro Teixeira Correia, do Instituto de Geociências e membro do Departamento Jurídico da Adusp, e da advogada Lara Lorena, responsável pelos plantões de consultoria jurídica oferecidos a todos os associados. Ao abrir a discussão, o presidente da Adusp, professor Rodrigo Ricupero, afirmou que o evento faz parte de uma série de atividades programadas com o objetivo de levar à categoria docente os conteúdos informativos produzidos pela entidade.

O professor Correia iniciou sua explanação apresentando uma retrospectiva das últimas reformas da Previdência, que do seu ponto de vista só tem regredido, tornando-se menos abrangente e menos justa. Desde a Emenda Constitucional (EC) 20/1998 de Fernando Henrique Cardoso, explicou, passando pela EC 41/2003 de Lula, há uma mudança de paradigma do sistema previdenciário, que de um sistema solidário, por repartição, transformou-se em um sistema por capitalização.

“Assim, o Estado deixa de administrar uma massa de capital que poderia ser direcionada para a política pública”, esclareceu. “Transfere aquilo que arrecadaria de contribuição para Assistência Social e Previdência para o setor privado, mas permanece com o ônus do pagamento da aposentadoria de todos os servidores que se aposentaram ou estão para se aposentar a partir das legislações anteriores”.

A PEC 287/2016, proposta pelo governo Temer, caso aprovada aprofundará a retirada de direitos: aumentará a idade mínima para aposentadoria (65 anos para homens, 62 para mulheres), eliminará a regra da paridade (concessão de aumentos e reajustes de aposentadorias iguais aos servidores ativos) e reduzirá o valor dos benefícios. Se aprovada, o cálculo do valor das aposentadorias será de 70% do teto do benefício do regime ge-

ral como valor de partida, acrescentando-se os seguintes percentuais ao se ultrapassar 25 anos de contribuição: 1,5% por ano, até 30 anos; 2% por ano, até 35 anos de contribuição; 2,5% a partir de 36 anos. O benefício, para atingir o valor integral do teto do regime geral, só será possível para os poucos que contribuírem por 40 anos.

Correia encerrou apontando a necessidade de que haja contraposição social organizada e coletiva contra esse aprofundamento da desobrigação do Estado para com os direitos previdenciários, de modo a impedir que cada vez mais todos os trabalhadores do setor público também se encontrem sob os riscos dos planos privados de previdência por capitalização. Citou como exemplo o “rombo” da Petros, fundo de pensão dos empregados da Petrobras. Nos termos do plano de recuperação recentemente divulgado, os 77 mil participantes do fundo, entre servidores na ativa e aposentados, terão que cobrir parte do déficit por meio de parcelas mensais sobre seus vencimentos pelos próximos 18 anos.

Direito adquirido. A advogada Lara Lorena esclareceu algumas das principais dúvidas dos docentes preocupados com sua aposentadoria, como o conceito de direito adquirido. O conceito, para fins previdenciários, é o momento em que o servidor reúne todas as condições necessárias para a aposentadoria: idade mínima, tempo de contribuição, tempo no serviço público, tempo na carreira e no cargo. Todos esses requisitos reunidos tornam o servidor elegível à aposentadoria, possuidor do direito a se aposentar de acordo com as regras vigentes, independentemente de solicitar o benefício nesse momento ou futuramente, independentemente também de sobreviverem outras mudanças nas leis previdenciárias.

“Não há perspectivas, apesar da composição do STF [Supremo Tribunal Federal], de que esse conceito seja volátil”, afirmou a advogada

responsável pelo Departamento Jurídico da Adusp. “Na PEC 287, está expresso o respeito ao direito adquirido. Assim, a PEC 287 não alcança os aposentados e pensionistas, como não atingirá aqueles que já estão elegíveis à aposentadoria, mas continuam na ativa”.

Lara Lorena também fez críticas ao fato de que a PEC 287 traz como referência as idades mínimas de países como Finlândia e Israel, desprezando assim a expectativa de vida no Brasil em relação à observada nesses países, bem como as próprias diferenças internas de expectativa de vida existentes nas diversas regiões sócio-econômicas brasileiras. Chamou a atenção para o fato de que a PEC, se aprovada, permite que os municípios e Estados instituem regras próprias para aposentadorias de seus servidores, e terão 180 dias para defini-las após aprovação da reforma federal. Para ela, “poderemos ter uma situação ainda pior se tratando do governo do Estado de São Paulo”.

Retrospectiva. Na conversa com os docentes, o professor Correia também apresentou em detalhes a regressão nos direitos causada pelas diferentes reformas desde 1998. Antes da reforma de FHC, as regras para aposentadoria eram mais simples e claras, com aposentadoria por idade (60 anos para homens, 55 para mulheres), direito ao cálculo do benefício com integralidade (valor igual à remuneração no cargo efetivo). Havia também a opção de aposentadoria por tempo de serviço (35 anos para homens, 30 para mulheres), proporcional ou integral. Todas as modalidades de aposentadoria obedeciam à regra da paridade.

Após a reforma de FHC, o tempo de serviço foi substituído por tempo de contribuição, foi adotado o requisito de idade mínima (60 anos para homens, 55 para mulheres) e também a exigência de pelo menos 10 anos no serviço público e 5 no cargo. Também foi prevista a adoção da previdência por capitalização para servidores públicos por meio de lei complementar.

Com a EC 41/2003, aprovada no governo Lula, a situação foi agravada: o tempo exigido de permanência no serviço público foi aumentado de 10 para 20 anos, aumentou-se a contribui-

ção de aposentados e pensionistas (para um mínimo de 11%), reduziu-se o valor de pensões, e eliminou-se a regra da paridade, assim como a integralidade, com a adoção de cálculo pela média nos termos da Lei 10.887/2004 (vide <http://bit.ly/2xKEsJP>). A PEC 47/2005, apresentada dois anos depois, mitigou alguns dos efeitos nocivos da EC 41/2003, garantindo paridade e integralidade para quem estava na regra de transição.

SPPREV. Em janeiro de 2013, foi aprovada a lei que instituiu a previdência complementar paulista, a SPPREVCom. A partir deste momento, dada a legislação aprovada, o governo entendia que todos que ingressassem a partir de 21 de janeiro de 2013 teriam seus benefícios limitados de acordo com o teto do regime geral do INSS. No entanto, o professor Correia destaca a novidade conforme já divulgado pela Adusp: por uma decisão judicial recente, aqueles que tiverem ingressado no serviço até 1o de outubro de 2013, data que antecede o efetivo oferecimento dos planos de previdência complementar, podem permanecer nas regras vigentes anteriormente à instituição do regime de previdência complementar e não terão seus proventos limitados pelo teto (<http://bit.ly/2y8wEcu>). Entretanto, recursos em tribunais superiores contra a decisão ainda não foram esgotados.

Na página digital da Adusp, é possível encontrar uma tabela que apresenta as diferentes regras de transição para se aposentar a partir do ano de ingresso do docente no serviço, caso a PEC287/16 venha a ser aprovada pelo Congresso Nacional nos termos em que se atualmente se encontra: <http://bit.ly/2fqJvuZ>.

A Adusp também oferece plantões de assessoria jurídica para todos os associados. Em especial sobre as situações previdenciárias individuais, diante de tantas mudanças na legislação e possibilidades de aposentadoria com base em diferentes marcos legais, recomenda-se que todos os filiados que tenham dúvidas a esse respeito se beneficiem desse atendimento, bastando para tanto, ligar para a Secretaria da Adusp (3091.4466/4465) para agendar um horário com as advogadas da entidade.

Programas de Pós-Graduação reagem aos resultados da avaliação da Capes

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) divulgou no dia 20/9 os resultados da 1ª etapa da Avaliação Quadrienal 2017 dos programas nacionais de Pós-Graduação. Dentre os 210 programas de mestrado e doutorado da USP, 40 tiveram sua nota rebaixada, 39 melhoraram a sua classificação e 125 mantiveram a mesma nota. Seis programas foram iniciados durante o período de avaliação.

Em diferentes unidades, a reação às notas foi negativa. O programa de História Econômica da FFLCH, por exemplo, teve sua nota rebaixada de 4 para 3. Uma plenária com professores e estudantes do curso foi organizada para discutir a questão e uma comissão está encarregada de formular um recurso à Capes. Os pedidos de reconsideração de notas podem ser enviados até 20 de outubro.

“Não esperava isso, o programa tem produção há muito tempo. Desde os anos 1970 é o único programa do Brasil inteiro nessa área de pesquisa”, disse ao *Informativo Adusp* o professor Everaldo de Oliveira Andrade, coordenador do programa de História Econômica. “O programa corre o risco de não formar doutores para os próximos quatro anos, o que é devastador para os projetos de pesquisa em andamento”, explica o professor.

Também na FFLCH, o programa de Linguística, que por vários anos recebeu a nota máxima da Capes, também foi surpreendido pelo rebaixamento de sua nota, de 7 para 5. “A nota 7 é uma nota dada em função do grau de internacionalização do programa, essencialmente. Eu tenho dificuldade de conceber um programa mais internacionalizado, na área de Linguística, do que o nosso programa. Todos os professores têm algum convênio, parceria ou colaboração com colegas de centros importantes de fora do Brasil”, comentou o professor Marcos Lopes, do Departamento de Linguística, a pedido do *Informativo Adusp*.

Enganos. Segundo Lopes, “diferentes tipos” de erros foram cometidos. “Antes de mais nada houve uma troca no sistema de coleta de informações, a plataforma Sucupira substituiu o antigo, que também tinha problemas, mas não tantos”, descreve.

“Em segundo lugar, a Capes talvez não teve tempo de subsidiar

os avaliadores com informações como o fator de impacto das publicações internacionais. Não sei como ficou para as outras áreas, no caso de Letras houve uma lacuna muito notória em relação a isso, é uma coisa que vamos procurar esclarecer. Depois, erro humano: no final das contas, é muito trabalho colocado sobre um único avaliador. Não sei onde exatamente ocorreu o problema, mas temos os números para mostrar”.

“Política invasiva”. No entender do professor Everaldo de Oliveira Andrade, a Capes aplica uma “política invasiva”, que tenta introduzir uma cultura que não faz parte da tradição de seu curso. “O principal é que eles cobram um aumento de produtividade, quantitativo, que não corresponde à produção do curso [de História Econômica], que tem estudos clássicos na área. Isso não foi consi-

derado, eles usam cálculos que cobram um índice de produtividade e oferecimento de vagas que não correspondem ao que o curso sempre trabalhou”, disse o professor.

“Na verdade, essa avaliação instrumentaliza alguns professores que ingenuamente acreditam que estão fazendo bem para a ciência. Mas eles são instrumentalizados por uma política que está destruindo os cursos em uma conjuntura nacional extremamente obscurantista para a universidade, a ciência e tecnologia, e principalmente para a área de História, que está sendo atacada por um setor da sociedade que não quer reflexão. É nessa conjuntura que estão aplicando essa avaliação. Ela acaba contribuindo para destruição de várias áreas da ciência”.

“A questão de fundo na avaliação Capes é que ela tem por base uma análise quantitativa em detrimento de uma real verificação da

qualidade. Visa assim impor um modelo produtivista que atropela as especificidades das áreas e dos cursos, estabelecendo um controle sobre eles e, neste sentido, os que não se adaptam são rebaixados, como o programa de História Econômica que ao se recusar, por exemplo, a descredenciar seus professores mais antigos acabou em 10 anos passando da nota 6 para a 3”, afirma o professor Rodrigo Ricupero, presidente da Adusp e também membro do programa de História Econômica.

“Outros programas para poderem manter suas notas acabam excluindo muitos docentes que não conseguem produzir no ritmo exigido e sempre crescente. Portanto, a questão não é tanto possíveis erros dos relatórios ou dos próprios avaliadores, mas discutir a própria avaliação, como aliás a representante da Capes fez em reunião esta semana na USP”.

Uma autocrítica da Capes?

O evento “Análise da Avaliação Capes na USP”, organizado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e realizado em 25/9, contou com a presença de Rita Barradas Barata, professora adjunta da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo e, há pouco mais de um ano, diretora de Avaliação da Capes.

Já circulam pelas redes sociais relatos, como o da professora Deisy Ventura, do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública, que enfatizam os “ventos de mudança” que foram anunciados. De fato, diante dos coordenadores de Programas de Pós-Graduação da USP, no auditório lotado da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, a professora Rita apontou os “impasses” do atual sistema e anunciou mudanças significativas na avaliação, garantindo que serão promovidas discussões sobre o tema nos próximos meses e ao longo do ano que vem.

Entre os motivos que tornam insustentáveis os mecanismos de avaliação da Capes agora adotados, a professora mencionou a magnitude da Pós-Graduação brasileira, a diversidade

dos Programas e a variedade tanto dos contextos quanto das tradições de pesquisa. Afirmou, portanto, ter como perspectiva a revisão dos instrumentos e a alteração do enfoque.

Na análise apresentada, a magnitude produz como consequência excesso de trabalho e impõe a utilização de critérios quantitativos, muitas vezes esvaziados de sentido real, que acabam se sobrepondo aos qualitativos, dificultando análises pormenorizadas e circunstanciadas e não permitindo perceber que os mesmos indicadores podem ter significados distintos dependendo do contexto.

Distorções. A finalidade da Pós-Graduação, que deveria ser a produção de conhecimentos acadêmicos e aplicados de qualidade e a formação de pesquisadores e docentes para o ensino superior, acaba assim ficando em segundo plano, pois critérios quantitativos e “regrinhas” se sobrepõem à efetiva aferição da qualidade e da relevância social e produzem distorções que precisam ser corrigidas. Entre elas, foi citado o número exorbitante de publicações sem relevância alguma, que

alimentam as revistas predatórias e não contribuem para a efetivo avanço do conhecimento.

A professora defendeu a necessidade de estudar uma simplificação, tanto na coleta dos dados quanto na forma de avaliar que, admitiu, têm agora numerosos problemas. Medidas como automatizar certos procedimentos, dar mais peso à autoavaliação dos Programas e facilitar a leitura e a elaboração dos dados deixariam, por exemplo, mais tempo para, de fato, avaliar a qualidade.

Após apresentar esse quadro, a professora Rita encorajou os pedidos de reconsideração relativos aos resultados da avaliação quadrienal, informando que as comissões que os examinarão serão modificadas em 50% para garantir uma efetiva revisão.

Na saída do auditório, os olhares dos coordenadores eram incrédulos. Seria, de fato, qualidade a nova palavra de ordem? Haveria realmente espaço para a construção de uma alternativa ao produtivismo desenfreado? Foram prometidas transparência e discussão com todos os envolvidos. Vamos aguardar os próximos passos.

No Co de 26/9, reitor elogia a própria gestão e é refutado por conselheiros

O reitor M.A. Zago aproveitou a reunião de 26/9 do Conselho Universitário (Co) para elencar as supostas realizações de sua gestão, que está prestes a terminar. Ele usou transparências para apresentar gráficos com estatísticas favoráveis e imagens de eventos. Fez menção ao Times Higher Education Global Ranking, no qual a USP se encontra em boa posição na América Latina e no Brasil (primeira em ambos). Mostrou tópicos do *AJE Scholarly Publishing Report* 2016, num dos quais a USP aparece como a segunda instituição universitária do mundo a apresentar maior crescimento, logo após a Academia de Ciências da China. Citou o *Guia do Estudante* da Editora Abril, publicação que atribui à USP o “melhor ensino de graduação no Brasil”.

M.A. Zago reiterou a “recuperação das finanças” da instituição, que atualmente, afirmou, é a que tem o menor comprometimento com folha de pagamento entre as três universidades estaduais paulistas. Obtido o “restabelecimento do equilíbrio financeiro”, o orçamento da USP estaria sob controle. O comprometimento baixou para 90% da receita: tomando-se “cuidado”, destacou, não haveria “motivo para que a USP tenha qualquer preocupação com o futuro finan-

ceiro da instituição”.

Outro item abordado por M.A. Zago foi sua recente viagem aos EUA, para participação de atividades na Organização das Nações Unidas (ONU), entre as quais um encontro com a diretora-executiva do programa ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka: “Esta semana estivemos em Nova Iorque, participando do programa ‘He for She’, nas Nações Unidas”. Numa das imagens que exibiu de tais eventos, o reitor aparece ao lado da diretora do Escritório USP Mulheres, professora Eva Blay, e de “uma série de estudantes da USP que participaram do encontro”. Não informou os custos do deslocamento dessa delegação.

Creche Oeste. Abertas as inscrições para manifestações do plenário, surgiram críticas à explanação do reitor. O professor Marcos Magalhães, representante da Congregação do IME, voltou a cobrar da Reitoria esclarecimentos a respeito da situação da Creche Oeste: “Renovo o apelo que fiz para que se resolva isso”. Magalhães também fez alusão ao processo eleitoral de reitor, na forma de “contraponto”, ao exibir, da tribuna, um exemplar da *Revista Adusp* 61, que traz um amplo balanço da gestão de M.A. Zago e seria lançada no dia seguinte, no

auditório da História. “Eu dei um depoimento crítico à posição da Reitoria naqueles incidentes de 7 de março”, disse.

O representante dos funcionários, Bruno Sperb Rocha, lembrou a demissão de milhares de trabalhadores via Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) e elencou os danos sofridos pela universidade durante a gestão M.A. Zago-V. Agopyan: “Estamos perdendo o hospital de Bauri [HRAC], a Escola de Aplicação foi deixada à míngua, creches sendo fechadas contra a opinião da esmagadora maioria da universidade, inclusive contra decisão desse Conselho”.

Rocha externou que o processo eleitoral de reitor em curso “é uma farsa completa” e que dele participam menos de 2% da comunidade universitária.

Igor Galvão de França, RD da EACH, apontou as contradições existentes na exposição de M.A. Zago. “No começo do ano a gente foi recebido com muitas bombas. O próprio deputado Carlos Gianazi devolveu as bombas ao reitor”, assinalou, referindo-se a episódio ocorrido na Alesp em 8/8 (vide <http://bit.ly/2yyiE7Z>). “O fechamento da Creche é muito paradoxal. O reitor foi ao evento da ONU Mulheres, mas ao mesmo tempo ele fecha creche aqui den-

tro da Universidade. É um absurdo. Como ele pode representar mulheres num evento da ONU, se ele fecha creches na universidade? Não é possível isso. Ter a ‘cara de pau’ de mostrar a foto ainda”.

Regimento da PG. O principal ponto de pauta da reunião do Co foi a reforma do Estatuto da Pós-Graduação, proposta pelo pró-reitor Carlos Gilberto Carlotti. A reforma foi aprovada por 85 votos a zero, com três abstenções, feitos alguns destaques. O Co também aprovou, por unanimidade, a criação da “Praça Milton Santos”, em homenagem ao falecido professor emérito da FFLCH. Nesse momento a palavra foi aberta aos conselheiros.

“A homenagem é justa, mas tardia”, registrou Bruno Sperb Rocha. “É uma contradição que a PM esteja, como nunca antes, montando guarda na porta de entrada da comunidade São Remo, todos os dias, e na parte de dentro do *campus* esteja parando e abordando quase toda pessoa negra que entra”. Citou a prisão sem motivo de um ex-diretor do Sintusp, Zelito dos Santos, e a abordagem policial sofrida por um diretor do sindicato, Marcelo Pablito (ambos negros). “Isto é uma decisão desta Reitoria, que a PM esteja aqui, agindo desta forma”.

Parecerista desfavorável ao recurso da professora Marilda votou contra ela em reunião anterior da Congregação da ECA

Depois de ter seu recurso contra a homologação do resultado de um concurso para Professor Titular do Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes (CBD) rejeitado pela Congregação da ECA em 30/8, a professora Marilda Lopes Ginez de Lara decidiu recorrer ao Conselho Universitário (Co). O vencedor do concurso foi o professor Eugênio Bucci, superintendente de Comunicação da Reitoria, que até então lecionava no Departamento de Jornalismo e Editoração (CJE-ECA).

O *Informativo Adusp* publicou ampla reportagem sobre o caso, que mobilizou alunos do CBD e docentes de outras universidades: <http://bit.ly/2x1lS7x>.

A divulgação da ata da reunião de 30/9 da Congregação permite conhecer novos detalhes do caso. Por exemplo: o recurso propriamente dito não chegou a ser votado. Foi a voto apenas o parecer da professora Maria Cristina Costa, desfavorável ao recurso.

“A Congregação deveria ter analisado o recurso que interpus, mas não foi exatamente isso que ocorreu”, protesta a professora Marilda. Por essa razão, o parecer foi aprovado com 12 votos favoráveis, nenhum contrário e elevado número de abstenções: 11.

Discordância. Membro da Congregação, durante a reunião o professor titular Adilson Citelli

manifestou discordância em relação ao parecer da professora Maria Cristina Costa, que acata o entendimento da Procuradoria Geral (PG) segundo o qual a Portaria 55/2015 da ECA, vinculada ao edital do concurso, teria apenas “caráter sugestivo”, de modo que a exigência de cinco anos de livre-docência feita aos postulantes seria “algo relevante, mas não excludente”.

Segundo a ata, Citelli disse perceber “sensível diferença entre o ‘caráter sugestivo’ (posto na manifestação da Procuradoria) e o ‘deve ser observado’ (registrado na nossa Portaria)”. A seu ver, estão expressas na Portaria “as condições que devem — e seus termos

compreendidos: *é necessário, é preciso* — ser atingidos para os pleitos concernentes à nossa carreira”. “São, portanto, termos afirmativos, sem caráter expresso em condicionais, remetidos ao reino do talvez. Reitero que a nossa Portaria não consigna, em seu espírito, no tópico para se progredir a titular, o substantivo sugestão”.

Outra questão que precisará ser examinada no Co é que a autora do parecer lido na Congregação não poderia, em tese, ter sido convocada para essa função pelo diretor da ECA. Isso porque, na reunião anterior da Congregação, a professora Maria Cristina Costa votou favoravelmente à homologação do concurso realizado no CBD.